



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO TOCANTINS

CONCORRÊNCIA Edital de Licitação nº 012/2014

ASSUNTO: Recurso Administrativo oferecido pela empresa GERALDO IVAN OLIVEIRA DA CRUZ - ME.

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **GERALDO IVAN OLIVEIRA DA CRUZ - ME** apresentou, tempestivamente, Recurso Administrativo em relação à decisão da Comissão Permanente de Licitação do SEBRAE/TO que declarou vencedora do certame a empresa **MGI CONSULTORIA LTDA** na Concorrência nº 012/2014, cujo objeto refere-se à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria voltada para a formação de Comitê Gestor nos municípios participantes do Projeto Turístico e Produção Associada no Estado do Tocantins, conforme especificações do objeto constante no anexo I do Edital.

Cabe aos interessados saber que, o SEBRAE/TO é uma instituição idônea e transparente que por meio de seus procedimentos licitatórios seleciona a proposta mais vantajosa para a Entidade, sendo que seus julgamentos são em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatados, inadmitindo-se critérios que frustrem o caráter competitivo do certame.

Pelos princípios/fundamentos supramencionados, não há que se falar que a Comissão Permanente de Licitação ou que a Sra. Presidente da CPL utilizou de critérios subjetivos e discriminatórios de sua consciência para classificar ou desclassificar algum dos licitantes, haja vista que todos os atos e decisões dos membros dessa comissão foram registrados na ata de sessão pública baseando-se no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, Resolução CDN 213/2011.

I – DAS ALEGAÇÕES DO (A) RECORRENTE

Nas razões acostadas, requer a procedência do petitório recursal e, consequentemente, a inabilitação da empresa **MGI CONSULTORIA LTDA** para que a mesma não prossiga no certame. Aventa, para tanto, os seguintes argumentos:

- A. Que os atestados de Capacidade Técnica, não são compatíveis com o cumprimento das exigências do referido objeto do edital.
- B. Que não há contemplação das exigências do objeto do certame, no que se concerne a vivência prática com formação de comitês gestores ou conselhos municipais de turismo que possuem similaridade com o objeto a ser contratado.
- C. Por fim, empresa Recorrente requerer o provimento do presente Recurso, para que sejam julgados procedentes os questionamentos do Recurso, consequentemente, dado prosseguimento ao procedimento licitatório, desclassificando a licitante MGI Consultoria Ltda.

II – DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA MGI CONSULTORIA LTDA.

A empresa **MGI CONSULTORIA LTDA** apresentou contrarrazões impugnando o Recurso apresentado.

Inicialmente a recorrida afirma em sua contrarrazões que a empresa **GERALDO IVAN OLIVEIRA DA CRUZ – ME** insurge-se contra a incontestável decisão da distinta Comissão Permanente de Licitação em função da habilitação jurídica, mais especificamente, a capacidade técnica da Turismo 360.

Ademais, requereu a improcedência do petitório recursal da licitante **GERALDO IVAN OLIVEIRA DA CRUZ – ME**, consequentemente, a manutenção integral da decisão proferida. Aventa, para tanto, os seguintes argumentos:

- A. Que impende ressaltar que o Egrégio Tribunal de Contas da União ao apreciar o Processo no TC 009.987/94-0, publicada no D.O.U de



28.08.95, abordando objetivamente o tema, com proficiência firmou entendimento de que os atestados são necessários apenas para comprovar a capacidade do licitante em executar os serviços esperados, conferindo confiança ao contratante.

- B. Que nos termos da Resolução CDN nº 213/2011, a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para o sistema SEBRAE e será processada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos que lhes são correlatados, inadmitindo critérios que frustram seu caráter competitivo.
- C. Que se o intuito do Atestado de Capacidade técnica é, tão somente, comprovar a experiência da licitante, garantindo o atendimento das expectativas do SEBRAE e a devida execução dos serviços, os atestados apresentados podem ser compatíveis e similares ao objeto do edital.
- D. Que a Turismo 360 tem como valor intrínseco em sua atuação e na atuação de seus consultores absoluta transparência e profissionalismo. Em cada serviço é assegurado o fiel cumprimento dos contratos e sua devida comprovação por meio da solicitação de atestados de capacidade técnica aos contratantes. Esses atestados são solicitados ao término de cada serviço com o objetivo de garantir que os serviços foram realizados a contento e para comprovar a experiência da empresa em processos futuros.
- E. A redação desses atestados é realizada pelos contratantes, privilegiando o objeto global do contrato e muitas vezes não apresentam detalhamento específico de cada etapa ou parte do serviço.
- F. Os atestados não são obtidos apenas para um certame específico, com o fim de cumprir meras formalidades que possam omitir o verdadeiro

A handwritten signature in black ink, appearing to be "C. M.", is located at the bottom right of the page, to the left of the typed name.

intuito da comprovação, sob o falso argumento de que os atestados não contemplam o objeto do certame.

- G. Que “A Instância de Governança” no Termo de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em APL, publicada em Julho de 2003:

É fundamental a criação de uma instância de governança (independentemente do nome que tenha - comitês gestores, fóruns, pactos, agências, consórcios, dentre outros) e o estabelecimento de um modelo de gestão para a condução das atividades no âmbito do APL. Essa instância tem a função executiva de coordenar e alinhar as iniciativas, observando prazos, atividades, atribuições, responsabilidades, motivação, comprometimento, entre outros.

- H. Que o presente instrumento de contra razões evidencia que os atestados de capacidade técnica, apresentados para efeito de habilitação, não comprometem o cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação para execução do objeto e, efetivamente atendem ao artigo 12, Inciso II, alínea b do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE.

Requeru o indeferimento do Recurso Administrativo interposto pela licitante **GERALDO IVAN OLIVEIRA DA CRUZ – ME**, dando assim continuidade ao procedimento, mantendo – se na íntegra a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação.

III - DA ANÁLISE DO RECURSO

Examinando cada ponto discorrido na peça recursal da empresa **GERALDO IVAN OLIVEIRA DA CRUZ – ME** e nas contrarrazões apresentadas pela empresa **MGI CONSULTORIA LTDA**, compulsando os autos e sopesando a matéria desenhada, entende-se pelo conhecimento e provimento do recurso interposto.

Cumpra registrar, antes de adentrar aos tópicos aventados pela recorrente, que o provimento recursal decorre, inicialmente, do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Em conformidade com o artigo 3º da Lei de Licitações preleciona que tanto a Administração Pública como **os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital.**

Por sua vez, o Instrumento Convocatório é claro ao objeto da licitação, conforme item no subitem 2.1 do item 2 do edital:

2. OBJETO

2.1 *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria voltada para a formação de Comitê Gestor nos municípios participantes do Projeto Turístico e Produção Associada no Estado do Tocantins, conforme especificações do objeto constante no anexo I do Edital.*

Ressalta-se que, a previsão em comento não fere qualquer princípio do direito administrativo estando, pois, amparada na legalidade.

Analisando o feito, verifica-se que a empresa recorrente foi classificada em segundo lugar no procedimento licitatório, sendo a empresa **MGI CONSULTORIA LTDA** declarada à vencedora por ter apresentado a melhor proposta e no momento da licitação fora habilitada apresentando a melhor proposta e em seguida foi analisado pela Comissão Permanente de Licitação os atestados cujos objetos são compatíveis com o objeto do presente certame, contudo foi registrado na ata de sessão pública a intenção da empresa **GERALDO IVAN OLIVEIRA DA CRUZ – ME** de interpor Recurso sob o fundamento que os atestados apresentados pela empresa habilitada não é compatível com o objeto da licitação, principalmente no que tange a formação de comitês gestores.

Ao analisarmos o recurso das duas empresas foi verificado que os atestados apresentados pela empresa **MGI CONSULTORIA LTDA** estão em conformidade com o

A handwritten signature in black ink, appearing to be "C. B.", is located at the bottom center of the page.

estabelecido no item 8.1.3 que diz respeito a qualificação técnica, bem como encontra-se em conformidade com o disposto no artigo 12, inciso II, “b” da Resolução 213/2011, que trazem os seguinte:

8.1.3 QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.3.1. *Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis com as características, quantidades e prazos similares ao objeto deste certame. O atestado deverá conter a identificação do signatário a ser apresentado em papel timbrado do declarante e com firma reconhecida, no caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, ficando reservado à Comissão Permanente de Licitação o direito de solicitar cópias dos contratos a que se referem tais documentos, bem como a realização de diligências para a verificação do(s) mesmo(s).*

Art. 12 Para habilitação nas licitações, observado o disposto no parágrafo único deste artigo, poderá ser exigida dos interessados, no todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documento relativo a:

(...)

II – Qualificação Técnica

*b) documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade **pertinente e compatível** em **características, quantidades e prazos** com o objeto da licitação;*

Não olvidemos que o edital é a lei interna do certame e vincula as partes. Como ensina DIOGENES GASPARINI: “[...] estabelecidas às regras de certa licitação, tornam-



José Jackson Pacini Leal Júnior
Advogado
OAB/TO 5844

se elas inalteráveis a partir da publicação do instrumento convocatório e durante todo o procedimento”.

Nesse toar é a lição de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41).

Embora não seja exaustivo, pois normas anteriores e superiores o complementam, ainda, que não reproduzidas em seu texto, como bem diz Hely Lopes Meirelles, o edital é “a matriz da licitação e do contrato”, daí não se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital.

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Outrossim, não há o que se falar em excesso de formalismo por parte da Administração Pública ao impor o cumprimento às exigências editalícias. Ordenar que os licitantes preencham todos os itens estabelecidos resguarda os princípios da legalidade e da isonomia. Permitindo, pois, a prevalência do Interesse Público.

A handwritten signature in black ink, appearing to be the initials "JJP" or similar, located below the page number.

A somar, o entendimento do Tribunal de Contas da União é claro ao refutar os casos em que a Administração Pública não obedece às diretrizes traçadas no Edital. Vejamos:

Pedido de reexame. Representação. Violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Negativa de provimento

[VOTO] 4. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no caput do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, dispõe: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada".

5. O edital torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Em sendo lei, o edital e os seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto as licitantes - sabedoras do inteiro teor do certame.

6. Somente em situações atípicas o edital pode ser modificado depois de publicado, observado o procedimento adequado para tanto. É o princípio da inalterabilidade do instrumento convocatório.

7. Ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola vários princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: da legalidade, da moralidade e da isonomia, além dos já citados anteriormente. AC-2367-34/10-P Sessão: 15/09/10 Grupo: I Classe: I Relator: Ministro VALMIR CAMPELO – Fiscalização". (grifos apostos)

Por fim, cumpre esclarecer que a Licitação é um procedimento composto de uma série de atos que obedecem a uma sequência determinada pelo Regulamento e tem por **objetivo selecionar a proposta mais vantajosa ao SEBRAE/TO**, mediante condições fixadas e divulgadas no edital, em face da necessidade da entidade comprar,

A handwritten signature in black ink, appearing to be "J. Jackson", is located to the left of the typed name.

José Jackson Pacini Leal Júnior
Advogado
OAB/TO 5844

alienar ou contratar a prestação de um determinado serviço, vale dizer que a licitação é realizada no interesse do SEBRAE/TO.

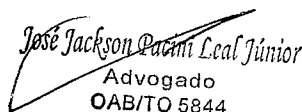
Pelo exposto, em face das razões expendidas acima decido CONHECER DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela licitante GERALDO IVAN OLIVEIRA DA CRUZ – ME, e **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão inicial de inabilita-lo do Processo licitatório CONCORRÊNCIA nº 012/2014, eis que imperiosa a preservação do caráter competitivo do procedimento e a garantia do melhor serviço ao menor preço, contudo obedecendo aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório, que regem entre outros princípios os atos institucionais do SEBRAE-TO.

Palmas, 10 de Novembro de 2014.

A large, stylized signature in black ink is written over the name and title of the signatory. The signature is fluid and somewhat abstract, with loops and flourishes.

MARCIA RODRIGUES DE PAULA

Diretora Superintendente

A signature in black ink, written in a cursive style, is placed above the name and professional details of the signatory.

José Jackson Pacini Leal Júnior
Advogado
OAB/TO 5844